

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO PARTICIPATIVA COMO FERRAMENTA CONSTRUTIVA NA COLÔNIA DE PESCADORES Z-11 EM CABIXI, RONDÔNIA

Clodoaldo Oliveira de Freitas¹ - clodoaldo@unir.br
Cleber dos Santos Simião¹ - cleber.eng.pesca@gmail.com
Cleberson Eller Loose² - clebersonloose@unir.br
Eliane Silva Leite¹ - eleite2308@unir.br
Josenildo Souza e Silva³ - josenildoixe@gmail.com

¹Departamento de Engenharia de Pesca da Universidade Federal de Rondônia

²Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia

³Departamento de Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Piauí
Rondônia, Piauí/ Brasil

* Submissão em: 11/11/2014 | Revisado em: 30/04/2015 | Aceito em: 22/05/2015

RESUMO

A gestão participativa é uma forma que valoriza e oferece oportunidades para pessoas de um grupo ou comunidade. A pesquisa utilizou-se da abordagem quanti-qualitativa, privilegiando a investigação participativa, associando os instrumentos de observação, entrevistas semiestruturadas e oficinas participativas. Conflitos sociopolíticos e econômicos foram encontrados com o estudo, o que reflete a necessidade de políticas públicas que apoiem a atividade pesqueira. Dentre os resultados, houve um realçado conhecimento do pescador artesanal sobre o manejo ecológico da pesca, o processo de organização da colônia dos pescadores e a busca por gestão compartilhada.

Palavras-chave: Gestão Participativa, Pescadores artesanais, Organização.

MANAGEMENT AND ORGANIZATION PARTICIPATORY AS CONSTRUCTIVE TOOL IN FISHERMEN COLONY Z-11 IN CABIXI, RONDÔNIA

ABSTRACT

Participatory management is a way that values and offers opportunities for people of a group or community. The research used the quantitative and qualitative approach, focusing on participatory action research, linking the instruments of observation, semi-structured interviews and participatory workshops. Socio-political and economic conflicts were found to the study, which reflects the need for public policies that support the fishery. Among the results, there was a highlighted knowledge of artisanal fishermen on the ecological fisheries management, the process of organizing the colony of fishermen and the search for shared management.

Keywords: Participatory Management, Artisanal Fishermen, Organization.

1 INTRODUÇÃO

A organização de grupos sociais ocorrenos mais diferentes seguimentos da sociedade, podendo ser gerida pelo sistema público ou privado. As colônias de pescadores, por sua vez, se caracterizam como entidades não governamentais, que estão comprometidas com a sociedade civil. Essas colônias são formadas pelos pescadores profissionais de uma localidade ou região, sendo elas movimentode transformação social quando orientadas para objetivos externos ao seu núcleo, com visão de autonomia, igualdade e coletividade compartilhada.

Entender e efetivar uma gestão participativa tem se tornado uma necessidade das organizações, é como uma questão de sobrevivência, para que possam atingir tanto os processos produtivos como as pessoas, sendo caracterizadas como estratégia dos associados e não como tecnologia de gestão sob o comando do capital (FARIA, 2009).

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), aponta em seus estudos, que a integração da pesca artesanal, quanto atividade econômica de extremo valor para estabilidade da atividade, é fundamental para o desenvolvimento do setor pesqueiro, e se faz necessário que haja investimentos em educação profissionalizante e capacitação dos profissionais envolvidos. É entendido que justamente pela conjuntura apresentada para a atividade, o país precisa apoiar as iniciativas educacionais que promovam a qualificação e o crescimento de massa envolvida direta e indiretamente na pesca artesanal, podendo assim, ter a capacidade de impulsionar o crescimento da atividade, de modo sustentável.

Para Silva e Callau (2003, p. 114), essa nova lógica de relação são os grandes desafios desse processo em construção, “desenvolver alianças para ações partilhadas e coordenadas envolvendo o governo (municipal, estadual ou federal), sociedade civil organizada, movimentos sociais e iniciativa privada”. O envolvimento e incorporação da sociedade e entidades como um todo no processo de construção da atividade não vai elevar a possibilidade de que o resultado seja pontual, e sim a formação de um conjunto de redes, territórios, comunidade, famílias estruturas em torno de interesses que realmente conseguem representar a coletividade e que edifiquem a sociedade como um todo.

É importante ressaltar que as metodologias participativas se apresentam como técnicas e ferramentas de apoio à investigação e às transformações socioambientais, sendo que as mesmas são colocadas na perspectiva interna de cada organização estudada, o que contribui para o diagnóstico e intervenção da mesma. Essas ferramentas são inseridas cientificamente na investigação das ações participativas, nas abordagens de enfoque qualitativo, subsidiando

ações de ensino, pesquisa e extensão de inserção social na perspectiva da gestão compartilhada, fortalecendo a participação dos envolvidos, sendo considerada como elemento central da construção coletiva de mudanças na organização, demandada por cada realidade imediatista, onde cada território tem seu pertencimento no contexto de sua sociedade (VERDEJO, 2006).

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi efetuada uma abordagem quanti-qualitativa com caráter descritivo, a qual evidencia a realidade da comunidade estudada, caracterizando-a e relacionando-a com um estudo de caso. Diante disto, foi desenvolvida uma triangulação de informações coletadas por meio do roteiro de questionário semiestruturado; análise de documentos e outros materiais da entidade: formulários, livro ata, livro caixa, extratos bancários e arquivos diversos e oficinas participativas com os pescadores associados.

É certo que uma boa gestão de uma organização é indispensável para que ela logre ter sucesso nas suas atividades e possa alcançar seus objetivos. A partir deste princípio básico, e obedecendo este contexto, se propôs o objetivo deste trabalho que é o de entender a gestão participativa e organizacional por meio da pesquisa-ação participativa que apoiem medidas para a sustentabilidade da comunidade pesqueira da Colônia de Pescadores Z-11. Questões como a resistência dos pescadores, produção e organização do trabalho, esforço de pesca, capacidade de suporte da pesca do Vale do Guaporé/RO, também foram analisadas dentro deste estudo.

2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO/COMUNIDADE DE PESQUISA-AÇÃO

Cabixi é um município do estado de Rondônia, localizado nos pontos cardeais latitude 13°29'52" sul e a uma longitude 60°33'15" oeste, com uma altitude média de 230 metros. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), a população do município está estimada em 6.495 habitantes, possui fronteira com a República da Bolívia e o estado do Mato Grosso. A região tem como principal fonte de renda a agropecuária, agricultura e o turismo. Para o desenvolvimento econômico do município são fomentadas atividades rurais comatrativos naturais, que são riquezas impressionantes, além da hospitalidade da população local. Esses predicativos estimulam e possibilitam o turismo ecológico com seus recursos pesqueiros, que é o principal atrativo.

A sede da Colônia de Pescadores Z-11 está localizada no centro urbano, as atribuições desenvolvidas pela entidade têm suas ações voltadas para as questões sociais, ambientais e de

capacitação. Para sua formação, a colônia contou com a participação de pescadores oriundos da colônia Z-3 – Pimenteiras D’Oeste, que mediante a distribuição geográfica da região e a necessidade organizacional regional, e um encurtamento de área de pesca e gestão acessível aos pescadores do município de Cabixi – RO, organizaram e constituíram legalmente a Colônia Z-11.

A gestão da colônia de pescadores Z-11 está ligada à Federação de Pescadores do Estado de Rondônia – FEPEARO, que por sua vez é representada nacionalmente pela Confederação dos Pescadores. Cada pescador que possui associação à colônia é credenciado perante o Ministério da Pesca e Aquicultura –MPA, órgão regulador da atividade. Fica na incumbência da gestão da colônia a representação e o encaminhamento dos seus cooperados aos órgãos superiores e governamentais como INSS, formalizando a atividade pesqueira profissional com emissão de notas fiscais, e as demais atividades burocráticas dos pescadores.

3 GESTÃO PARTICIPATIVA

O primeiro registro de participação nos lucros foi datado em 1797, no estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos. O pioneiro do movimento de gestão participativa foi Herbert Henry Dow do Grupo Dow Chemical que em 1897, implantou o plano de participação nos lucros e convidou os trabalhadores para que investissem na empresa e acreditassem no seu futuro. Com isso ganhou aliados que deram o máximo de seus esforços na consecução das metas e objetivos da organização Dow (FREITAS, 1991).

Já Motta (1984), diz que o centro das discussões da sociedade, no século XX, não era a extinção do conflito, mas a sua antecipação ou controle. Elton Mayo nos Estados Unidos, um psicólogo industrial trata das ideias participativas na empresa por meio da “atenuação das tensões e com a participação dos trabalhadores com as decisões que afetassem seu trabalho” (MOTTA, 1984, p. 11).

Após a Segunda Guerra Mundial se construiu novas tecnologias de gestão para “promover maior participação dos empregados na solução dos problemas do trabalho e maior eficácia na administração de conflitos” (FARIA, 1987, p. 17). A utilização de novas técnicas de gestão não passa somente pelas questões econômicas (redução de custos e mão de obra), mas, pela questão política e ideológica (dominação e eficácia do controle) (FARIA, 1987).

Um dos primeiros casos de gestão participativa no Brasil, que se tem registro, foi implantado pelo Barão e Visconde de Mauá (1813-1889) em suas organizações. Foi um revolucionário ao contratar empregados como mão de obra e não escravos, base do sistema

produtivo da época, distribuindo parte dos lucros com os empregados, sendo que os mesmos eram participantes ativos na gestão, inclusive foi o responsável pela elaboração do Código Comercial de 1850, que já previa a participação como liberdade jurídica de duas formas: uma mais explícita, mediante participação nos lucros e outra com ressalvas, a participação na gestão propriamente dita (CALDEIRA, 1995).

Para Freitas (1991), em relação ao futuro acredita que a administração participativa é o instrumento mais indicado para as mudanças que se necessita infundir no sistema vivo e dinâmico da sociedade humana, tendo em vista sua melhoria relacional.

Com o fortalecimento dos movimentos sindicais na década de 1980, houve um grande avanço organizativo, preconizado por demandas que viriam a ser incluída na Constituição Cidadã de 1988, com destaque para alguns itens do capítulo referente aos direitos sociais. O artigo 7º, parágrafo XI assegura um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais para melhoria da sua condição social (BRASIL, 1988).

Com relação ao futuro, a gestão participativa tem sido um instrumento cada vez mais indicado para as mudanças nas organizações sociais, cooperativas envolvidas no processo de produção com o objetivo de motivar os indivíduos e os grupos (FREITAS, 1991). O termo gestão, do inglês *management*, tem origem latina *gerere*, significa conduzir, dirigir ou governar. Leal Filho (2011, p. 37) define como “o conjunto de ações para condução, direção e governo da organização”. Ela não está ligada somente à direção de uma organização, mas a todos aqueles que participam do processo produtivo da mesma. A participação mobiliza a inteligência da organização, valoriza o potencial dos indivíduos e possibilita a exposição de ideias e emoções, permitindo desenvolver relações pessoais.

O ambiente geral da administração das colônias de pescadores, no contexto atual de globalização, tem preconizado um desafio à gestão dessas organizações, do ponto de vista político, econômico, sociocultural, tecnológico, ecológico e legislativo. Neste sentido Faria (2009, p. 21) afirma: “a globalização sob o comando de um modelo imperialista de expansão do capital, acelerou de maneira intensa o papel das organizações no seio da sociedade”.

A gestão das colônias caracteriza por ter o pescador, sendo pessoa física, objeto das relações contratuais e simultaneamente responsável pela prestação dos produtos, foco da entidade. Desta forma, o pescador participa das decisões estratégicas, mediante assembleias e se autocontrata para o processo produtivo posterior, inclusive determinando tabelas de preço para vendas do pescado e/ou aquisição de insumos.

A junção de objetivos e forças em um bem comum fez com que os investimentos entre organização e indivíduos provocasse a emergência da participação ativa dos seus filiados no processo de produção e de gestão da produção, o que torna essencial à otimização da gestão dos indivíduos da organização, que necessita ser coerente com os objetivos e nas estratégias da cooperativa (HERMEL, 1990).

A gestão passou por diversas fases do processo de evolução técnica da humanidade, e se classifica de acordo com a tabela 1.

Tabela 1 - Modelo Básico de Tipos de Gestão.

		Como administra		
		Isoladamente	Em Grupo	Coletivamente
Quem Administra	Um	Heterogestão ou monarquia	Gestão participativa consultiva	Gestão participativa representativa
	Poucos	Heterogestão relativa ou oligarquia	Gestão participativa grupal	Gestão cooperativa ou associativa; gestão solidária
	Muitos	Gestão anárquico-individualista ou oclocrática	Cogestão	Autogestão; autoadministração; gestão democrática

Fonte: (FARIA, 2009, p. 20).

A gestão participativa, segundo Maximiano (2005, p. 381), tem a predominância de: “liderança, disciplina e autonomia.” Numa outra perspectiva, a gestão participativa é uma forma encontrada no início do Capitalismo para amenizar as disputas entre as forças do capital e a massa operária, mascarando o processo, pois dá sentimento de que o indivíduo participe do processo gestão. Ao contrário da heterogestão, que pode ser classificada como a forma mais tradicional e primeira da organização do trabalho dentro da perspectiva capitalista (FARIA, 2009).

Deste modo, gestão está se pensando em pontos imprescindíveis da administração dessa organização, como fatores que afetam potencialmente, como políticas, econômicas, sociocultural, tecnológicas, ecológicas e legislação. Neste sentido Faria (2009, p. 21) afirma que “o globalismo acelerou de maneira intensa o papel das organizações no seio da sociedade”.

Cabe destacar que a participação pode exercer um papel ambíguo nas múltiplas realidades organizacionais, sendo ao mesmo tempo manipuladora dos interesses capitalistas e pode ser uma conquista dos trabalhadores (PREDEBON, 2004). Que causa transformação

social, implicando em coparticipação de diferentes atores sociais envolvidos no processo, atuando como protagonistas em um propósito de reconstrução social e replicando uma nova concepção de mundo, de relações de trabalho e de lógica de mercado.

Para o entendimento de gestão associativa, pode-se afirmar que participar não é autogerir, é simplesmente participar de uma atividade que já existe, que tem sua própria estrutura e finalidade; limitando-se a prestar seu concurso, a dar sua contribuição (PREDEBON, 2004). Este processo é visto na colônia estudada, pode-se observar que alguns associados são oriundos de outras associações, o que influencia no pensamento, na direção dos conflitos e debates ali presentes.

Um fator importante a ser relacionado com a gestão são as causas que levam a organização. Segundo HERMEL (1990), propõe quatro fatores a serem analisados com relação à participação: sua natureza (financeira, ativa, etc.); seu nível (forte ou fraco, etc.); os atores (conjunto de pessoas, corpo diretivo, etc.), e a mediação (participação direta, indireta, por meio de sindicatos, representantes, etc.).

Os fatores políticos que afetam a organização podem ser compreendidos como sendo a forma de relação com o governo, nos seus três níveis: municipal, estadual e federal, verificando a estabilidade do governo, a política fiscal, a legislação sobre comércio, a política de bem-estar social, as atitudes dos consumidores em relação a seus produtos, bem como os esforços de marketing. No atual contexto da sociedade moderna e globalizada, as organizações estão sujeitas as intempéries políticas, onde o Brasil apresenta condições políticas de tal modo, que pode contribuir ou atrapalhar um setor, assim o setor pesqueiro fica à mercê das políticas públicas de fortalecimento.

Os fatores econômicos são caracterizados por impactar significativamente nos negócios a partir de mudanças ocorridas em caráter geral, podendo ser estas positivas ou negativas, estimuladoras ou desestimuladoras. Nesta componente, analisa-se a distribuição e uso dos recursos econômicos da sociedade. Trata-se, por suposto, de um aspecto muito importante, pois os hábitos de consumo recebem uma forte influência da taxa de desemprego, o rendimento disponível, o tipo de mudança. Conhecendo a provável evolução de cada um destes fatores e como a afetará, se for o caso particular, uma empresa poderá introduzir medidas de prevenção para reduzir certos riscos.

O setor pesqueiro é bastante vulnerável às oscilações econômicas, o pescador precisa entender esse processo para poder se defender dessas influências e manter-se produtivo, tendo na sua organização de classe uma maneira de alcançar este objetivo. Para se analisar a

dependência do ciclo econômico por parte de uma organização, devem-se considerar os diferentes estágios de um ciclo econômico, por exemplo, qual seria a reação dos governantes em termos de política monetária e fiscal, quais seriam as consequências do endividamento para o setor, neste caso os próprios pescadores.

O gestor deve acompanhar para detectar possíveis ameaças e oportunidades do meio. Desta forma, como estes fatores variam ao longo do tempo é determinante para a sobrevivência da colônia entender de forma dinâmica as questões econômicas (NASCIMENTO, 2008).

A colônia de pescadores, no mundo contemporâneo, tem responsabilidades e objetivos dentre os quais se destaca a capacidade de manter associados os pescadores, atraindo-os e mobilizando-os no sentido de garantir o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, bem como a proteção da cultura local.

As mudanças nos padrões sociais e culturais, bem como as tendências de crescimento demográfico passam a se converter em ameaças ou oportunidades. Para o caso em questão, estas transformações impactam diretamente dentro da organização. O componente sociocultural do meio contém elementos como, grau de escolaridade, a cultura da sociedade, as normas éticas, os costumes, o estilo de vida, o nível de consciência em relação ao meio, a distribuição de gênero e geração e aspectos demográficos (cor, etnia, religião, renda, origem) referentes à sociedade que devem ser consideradas no processo de tomada de decisão nas organizações.

Esta variável, em muitos casos termina evoluindo para fatores políticos. Por exemplo, uma organização que várias décadas atrás apresentavam desperdícios de seus pescados no rio, estava tendo um comportamento pouco ético e antiecológico. Na atualidade, esse mesmo comportamento implicaria uma violação à legislação.

No centro de toda a organização, inclusive uma colônia de pescadores, está o seu campo de atuação e as tecnologias, sendo o fluxo de trabalho, os métodos e a parafernália utilizada para processar e manter-se neste setor, mesmo estando no nível primário da economia, depende de diversos processos tecnológicos para a sua subsistência (HAMPTON, 1992).

São as mudanças na tecnologia que afetam o setor tanto em sua parte de produção, como em sua parte comercial e administrativa. A introdução de novos equipamentos para conservação e beneficiamento teve um forte impacto sobre a pesca. Antes, a modernização era destinada aos grandes empreendimentos, com o passar do tempo, possibilitou-se as pequenas

colônias se organizarem e garantir, e em muitos casos como políticas públicas. Ademais, a vantagem logística de empresas frigoríficas era demasiada grande, já que o caminhão devia levar grandes quantidades. Com a aparição dessas unidades das colônias possibilitou sua participação no mercado.

As variáveis tecnológicas são compreendidas no atual contexto como imprescindíveis para a manutenção da atividade no Brasil, pois modificam sua estrutura de mercado de determinada economia em escala, causando mudanças na gestão das colônias, inferindo no gerenciamento de custos, qualidade de produtos e serviços, entre outros.

A repercussão sobre os problemas ambientais dentro da colônia é crescente, a partir do momento em que o associado compreende as questões de responsabilidade ambiental, uma vez que o setor atua diretamente no meio, focando em uma pesca autossustentável e com princípios artesanais e de cooperação, buscando um equilíbrio entre homem e natureza.

A legislação trabalhista é bastante presente na vida desta classe, pelo fato de que no período de defeso os mesmos recebem o seguro defeso, de acordo com o Ministério do Trabalho; e a legislação florestal, que se encontra em plena discussão no Congresso Nacional (em meados de 2012), uma vez que interfere diretamente na atividade do setor.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia segue a abordagem quanti-qualitativa, da pesquisa-ação participativa, utilizando o pluralismo metodológico. Os instrumentos são análise de dados secundários, entrevistas semiestruturadas, análise de desembarque da pesca artesanal da colônia, capacitação de pescadores em informática, controles estatísticos e financeiros, oficinas participativas, audiência públicas, observação direta e participante, associação da ação do Programa Peixe-Vivo (UNIR/MPA/FEPEARO) e do Projeto Pirarucu-Gente (UNIR/MDA/CNPq/FETAGRO).

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas na Colônia Z-11 de Cabixi (Rondônia), onde foram entrevistados 37 pescadores, representando 75% dos seus sócios ativos. Ao aplicar as entrevistas, as atividades se deram em dois pontos de coleta de dados, Vila Neide que é uma comunidade ribeirinha no Rio Guaporé e na sede da Colônia de Pescadores (em Cabixi).

A entrevista contemplou áreas de conhecimento sobre dados pessoais, questões ambientais e da gestão da colônia pelos pescadores. Tudo na forma de conhecer a dinâmica e números reais de trabalho dos associados. Com os dados tabulados, a oficina foi realizada

para apresentação dos dados finalizados, como forma de validação da pesquisa. De forma conjunta foi efetuada uma oficina diagnóstica da colônia, na forma de entender a problemática comum, os anseios, os clamores e perspectivas da organização.

Na realização da oficina participativa na colônia Z-11, estiveram presentes 14 pescadores pertencentes à organização. Este valor representa um percentual de 32% do número de associados, que de maneira sucinta buscou representar, mediante ferramentas participativas, a dinâmica, clamores e fortalezas do grupo em questão. Com o desenvolvimento da oficina foi possível realizar levantamento dos dados referentes à gestão e as influências por ela sofridas, tanto no meio econômico como social.

A oficina foi desenvolvida seguindo dinâmicas de construção pelo uso de ferramentas participativas, processadas em grupo, onde os envolvidos mostraram suas experiências e aprenderam com os demais, foi uma troca de saberes. Uma divisão em subgrupo foi proposta para melhor aproveitamento nas atividades da oficina, de maneira a proporcionar uma leitura, planejamento e execução das ferramentas, interação com os demais companheiros, coordenando o tempo entre si, preparando sua própria apresentação, tendo uma equipe de facilitadores composta por estagiários e professores da Universidade Federal de Rondônia, UNIR Programa Peixe Vivo: sustentabilidade da pesca artesanal de Rondônia (apoio FEPEARO/MPA)] que deram suporte na realização dos trabalhos.

Dessa maneira, durante toda a oficina foi deixado que os participantes estivessem promovendo a execução, discussão em plenária e o processamento das ferramentas selecionadas para construção do diagnóstico da colônia. Os grupos foram organizados em subgrupos em sequência à construção coletiva do diagnóstico, usando ferramenta do DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), que segundo Kummer (2007, p. 86), o: “Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) assenta-se em três pilares: o comportamento, as técnicas de levantamento e a participação”.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após as entrevistas serem realizadas com os 37 pescadores, partiu-se para a tabulação dos dados. Concluiu-se que as famílias dos pescadores eram constituídas, em média, por três pessoas.

Os dados coletados também apontam que 65% dos pescadores entrevistados optam por não pescar sozinho, ou seja, fazem pescarias acompanhados, geralmente os companheiros são as pessoas da própria família. É certo dizer que há um entendimento que pescar em

companhia de outra pessoa é uma forma de estar auxiliado, quando por ventura venha ocorrer algum problema durante o processo da pesca, como por exemplo: problemas com animais peçonhentos, intimidação, agressão física por terceiros ou até mesmo um problema de saúde. Os outros 35% dos pescadores preferem pescar de forma individual, descrevem que embora pescar sozinho seja inseguro, procuram ir para o rio no mesmo momento de outro pescador, sendo mantida uma margem entre embarcações segura para a pesca, mas sendo também obedecida uma margem que possibilite o auxílio ao companheiro quando se fizer necessário.

Quando indagados sobre a dependência econômica exclusiva da atividade pesqueira, um total de 76,32% dos pescadores mostraram estar totalmente a mercê da atividade, o que deixa a organização muito frágil economicamente e diminui seu fortalecimento. A organização tem em seus membros uma dependência total da atividade desenvolvida com a pesca nos rios da região, que atualmente não está sendo muito generosa, e vem enfrentando problemas como a legislação (Lei 2508/2011) que impõe medidas reguladoras severas e limita a pesca no Guaporé para os pescadores profissionais, permitindo a captura de somente 10 kg de peixe por dia. Os demais 23,68% pescadores declararam exercerem outras atividades que complementam suas rendas ou possuem cônjuge com fonte de renda e auxiliam na manutenção doméstica.

Na região do Guaporé, a pesca pode ser realizada durante um período de oito meses do ano (que vai de 15 de março a 15 de novembro), nos demais meses é o período defeso (época de reprodução dos peixes da região). Durante esta fase de defeso, os pescadores recebem subsídios do governo federal (auxílio defeso), como forma de garantia de sustento para os trabalhadores na atividade, mesmo porque a lei ambiental proíbe a pesca nesse período. Dentre os pescadores entrevistados, uma grande parcela disse ter uma atividade ocupacional como forma de complementar a renda até que passe a temporada do defeso. Nesse contexto, as atividades por eles exercidas podem variar, mas a ação substancial nessa temporada que não entram no rio para pescar é o trabalho na agropecuária, onde os entrevistados afirmam que há uma contribuição positiva na renda das famílias.

Uma parcela de 65% dos entrevistados apresentou ter uma renda com a atividade de pesca que varia entre um e três salários mínimos, outros 19% relataram ser pescadores com atividade normal ganham menos de um salário mínimo, em torno de 13% quando indagados sobre seu ganho com o pescado indicaram ganhar um salário mínimo e 3% dos entrevistados declararam ter uma renda que varia entre três a cinco salários mínimos.

É certo dizer que dentro da organização, grande parte dos associados apresenta ter um poder aquisitivo baixo, fator este que reflete diretamente o argumento de que o pescador é uma classe trabalhadora frágil economicamente perante a sociedade, porém é positivo dizer que foi esta realidade que os levou a formar a colônia de pescadores, em resposta a uma tentativa de fortalecer o setor e criar condições de agregar valores ao seu pescado, aumentar a renda e garantir ganho e qualidade de vida aos pescadores profissionais.

É certo afirmar que a pesca não confere limites de idade e/ou escolaridade para seus praticantes (CEREGATO e PETRERE Jr., 2003), o que parece ser mais comum evidenciar a pesca em famílias ribeirinhas. A análise dos dados obtidos com o estudo apontou que aproximadamente 71,05% dos pescadores da localidade possuem apenas o ensino fundamental incompleto, e que um número de 5,26% declarou não serem escolarizados. O baixo nível de escolaridade entre as pessoas que desenvolvem ou pertencem ao entorno da pesca os vinculam ainda mais a se inserirem na atividade da pesca. Um fator determinante que pode ser destacado é a falta de qualificação para o exercício de outras atividades remuneradas ou até mesmo com a mesma remuneração, o que os leva somente a opção de serem pescadores profissionais (CARDOSO, 2005).

Ao se fazer uma análise da idade dos pescadores entrevistados, a média ficou ponderada em torno de 38,5 anos, o que mantém um padrão observado também em outros grupos de pescadores brasileiros (PETRERE Jr. *et al.*, 2006). Quando se observa a variação de faixa etária dos pescadores e qual a maior concentração por idade, um fator que pode ser constatado é a pouca renovação da entidade, já que, embora tenha apresentado uma faixa de idade média semelhante a de outros grupos da mesma categoria, pode-se ver que o recrutamento por novos pescadores é baixa, o que pode ser relacionado à fragilidade da entidade ao longo do tempo, o surgimento de oportunidades de outras atividades remuneradas com o desenvolvimento dos centros urbanos regionais no estado e o aumento da acessibilidade ao ensino tanto regular quanto superior nos últimos anos.

Quando se associa as variáveis de escolaridade com idade dos pescadores, constatou-se que essa correlação está implícita na perspectiva de ganhos e inovações, quanto maior o grau de instrução escolar melhor os pescadores têm desempenhado e inovado para melhoria do ganho com a atividade. O conhecimento empírico obtido dentro do ramo da operosidade, não se correlaciona diretamente com empreendedorismo que pode ser feito por parte dos mesmos, onde sua ação se expressa apenas na arte de pesca relativamente e não a uma mudança progressiva na forma de se pensar a pesca profissional. Um exemplo claro é quando

se observa que o trabalho de comercialização e escoamento de produção ocorre por terceiros, o que é reflexo da limitação empreendedora dos pescadores, e que cai diretamente sobre a renda por parte dos pescadores, sujeitando-os às ofertas de comercialização que os cercam e não ao que os próprios detentores da mercadoria necessitam para custear e manter com ganhos positivos sua atividade pesqueira.

Um fluxo de membros integrantes em um grupo é indispensável para seu bom desenvolvimento e perpetuação. Fatores internos e externos que possam envolver toda a comunidade ribeirinha ou pescadores relacionados à legislação, organização, fatores ambientais, sazonalidade da pesca são realmente grandes contribuintes para que aconteça a defasagem no recrutamento de novos pescadores para a colônia.

Ao se analisar os fatores relacionados à pesca no Guaporé, especificamente com os pescadores entrevistados neste estudo, foi constatado que ao longo dos anos, as mudanças ambientais vêm influenciando diretamente a atividade pesqueira na região. Dentre os contribuintes negativos, o agrotóxico, é mencionado como um agravante por 73% dos pescadores, que afirmam ser o principal contaminante (defensivos) utilizado nas pastagens ou agricultura, com a chuva escoam para os rios, afetando diretamente a pescaria, fazendo desaparecer os peixes. Outra questão pertinente é o desmatamento, mencionado por 63% dos entrevistados, que ao ser feito favorece a perda das matas ciliares nos rios, sendo apontada como maior causa do desbarrancamento e facilitação para o aporte de matéria orgânica aos canais dos rios. Todos estes fatores são oriundos da ação antrópica, ou seja, causado pelo homem, tem refletido e influenciado negativamente nos resultados das pescarias em Cabixi.

Uma questão pertinente à pesca é a perda da biodiversidade aquática nos rios da região, foi apontado por 19% dos entrevistados que a pesca predatória é um contribuinte direto para a perda da diversidade e diminuição da população de peixes, o que é uma influência negativa. Todos estes fatores indicam condições reais da pressão ambiental que está sendo exercida sobre os rios e com ela um aumento na dificuldade da pesca e sua permanência como atividade economicamente viável.

Questões relacionadas às embarcações que trafegam nos rios, devido ao turismo e pesca esportiva na região e fazem uso de motores de alta potência são apontadas como contribuintes na causa do desbarrancamento das margens e retirada da flora natural que faz parte dos berçários naturais para peixes, que são imprescindíveis para o equilíbrio ambiental. A crescente agregação de moradias e estabelecimentos comerciais junto às margens dos rios é uma mudança negativa para o ecossistema local, já que além de gerarem micro alterações no

ecossistema, também muda a flora, o que é uma poluição visual e pontual de materiais diversos (resíduos); alcoolismo dos navegadores que conduzem embarcações privadas, pilotagem de embarcações por pessoas não qualificadas, são outros fatores negativos.

A questão ambiental que se propaga com a expansão da consciência coletiva e as demandas sociais, sob o efeito que é gerado mediante a globalização, tem difundido a ação da pesca artesanal em seus meios de comunicação de maneira divergente e paliativa. É possível ver que o mesmo pescador artesanal que é um autor benfeitor que disponibiliza no mercado com seu trabalho árduo, suor e muito custa um produto fresco e de boa qualidade que enriquece a mesa de diversos brasileiros, é exatamente ao mesmo tempo um vilão que só quer fazer sua predação criminosa dos recursos pesqueiros, na visão retrógrada de alguns ambientalistas.

O contexto geral, que é encontrado com o estudo é o clamor da atividade de pesca na região juntamente com o dos pescadores, o desequilíbrio da quantidade de peixes pescados no Rio Guaporé versus a sobrevivência dos que pescam, que pode ser: pela sobre pesca do pintado, bagre da família *Pimelodidae* (peixe de primeira). A sobre pesca dos peixes de primeira é provocada pela ação de uma lei ambiental do estado que desfavorece a cota de pesca, sendo representada por um valor irrisório, onde um pescador não pode fazer uma captura superior a 10 kg de peixe dia, o que gera a captura só dos organismos de maior valor comercial, gerando assim a diminuição das espécies mais pescadas, de primeira, acarretando em contrapartida um aumento das outras espécies de peixes que são menos visados (peixes de terceira), que como fruto causa mudança e desequilíbrio no regime natural, biota aquática, e proveniente perdas irreparáveis na fauna aquática.

Com este contexto, fica claro que para sanar esta questão, há necessidade de efetuar um estudo do estoque pesqueiro do rio Guaporé como forma de regulamentar o uso desta riqueza de modo racional e sustentável (tanto para pescadores, turistas e pousadas) e a necessidade de uma capacitação técnica e educacional para os pescadores para melhor aproveitar a grande quantidade e diversidade de pescado que dispões a região e a forma que se dá a classificação e venda principalmente dos peixes de menor valor econômico.

O declínio da produção pesqueira proveniente dos fatores ambientais diversos que afetam toda a região está levando os associados da colônia há estarem mais tempo pescando, com isso aumenta os esforços pesqueiros, o que reflete na perda econômica da atividade, objetivando-se poderem manter os valores de seus ganhos com pescado, que possa suprir as suas necessidades básicas, com condições dignas para seus familiares. Esta realidade é um

agravante para a atividade dos pescadores, já que contribui negativamente para a permanência de seus membros na atividade de pesca.

Quando analisado em termos comerciais, a produção de pescado da colônia constata-se que a venda da produção é um processo individual, sendo, porém, a colônia imprescindível como estrutura organizacional, que possibilita os registros e disponibiliza toda a documentação e guias para a comercialização, tornando legal a venda e o transporte do pescado.

O tipo de gestão da colônia foi considerado participativo por 62% dos entrevistados, sendo destacados pontos pertinentes à possibilidade de que os participantes da organização, quando necessário, tenham voz e posição frente aos conflitos e problemas. Outra questão apontada por 52% dos pescadores entrevistados é a percepção da presença de líderes informais no meio da organização, o que é um facilitador para que haja uma boa discussão dos temas pautados a serem resolvidos pela colônia nas assembleias com a participação da maioria.

Quando analisada a gestão econômica da colônia, observa-se que a mesma detém uma situação estável, tem dinheiro em caixa, os pescadores contribuem corretamente com as mensalidades dos tributos legais, que é feita por meio de boleto bancário para facilitar o controle das multas e juros de mora. A parte administrativa é informatizada, com gestão exclusiva para o setor. No desenvolvimento da gestão participativa, destacam-se as assembleias ordinárias, as quais acontecem uma vez no mês, o que deixa transparente a gestão e comparte a administração a todos os associados.

A carência apresentada em termos de estruturafica por conta da necessidade de se ter uma sede própria, mesmo porque atualmente a sede administrativa da colônia é um local alugado, e existe uma busca para que os pescadores tenham uma sede própria que ofereça uma estrutura para o atendimento dos associados, com salas para gerir o trabalho administrativo e proporcionar, dessa forma, conforto a todos os que ali estejam.

6 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos com o estudo apontam que a colônia de pescadores Z-11, tem uma gestão participativa grupal (FARIA, 2009), que ainda está em processo de formação, estando ela provida de pessoas que não ostentam experiência em gestão, mas que buscam obter qualificação para desenvolverem seus papéis organizacionais na mesma. Uma questão pertinente a ser relatada é que para a colônia o pescado é um dos principais recursos

explorados para subsistência e comercialização. Sendo um item de exploração econômica que desempenha uma importante função social, por permitir a atuação de trabalhadores e trabalhadoras com diferentes faixas etárias e graus de escolaridade.

Uma questão apropriada de destaque e debate é a ambiental, haja vista que o maior clamor da região e dos pescadores está diretamente relacionado aos fatores que caem sobre a sustentabilidade do ecossistema local. A sobrepesca do pintado, (peixe de primeira) que é exercida devido a cota de pesca imposta aos pescadores profissionais, o uso de motores potentes por parte de embarcações que trafegam no leito dos canais que abastecem o rio Guaporé, excesso de turistas que é reflexo de uma atividade sem controle ou planejamento, grandes empreendimentos agropecuários que são resultados de uma política de expansão econômica que não visa necessariamente a preservação do meio ambiente, destruição das matas ciliares que leva ao assoreamento dos igarapés e as construções de pousadas na margem do rio – mesmo sendo em local proibido, por ser região de fronteira e reserva permanente, o que garante a segunda lei federal, área livre da construção e manutenção de empreendimentos privados e exploração desordenada da fauna e flora.

Quando analisado o contexto da pesca no Vale do Guaporé, principalmente na colônia de Cabixi, identifica-se que os pescadores são quem mais sofre com a ausência de políticas públicas, que visem beneficiar a atividade e a estruturação da própria colônia, já que além de pouco existentes, não se apresentam de forma conclusiva a auxiliar. Com o levantamento feito pelo estudo, é possível apontar as demandas mais urgentes levantadas pelos pescadores, como construção de uma sede própria, logística para escoamento do pescado, aquisição de uma câmara frigorífica, entre outras que são os principais fatores que acabam interferindo na gestão como um todo da entidade.

É certo dizer que diante das demandas elencadas, é necessário sugerir ações que proporcionem para os pescadores novas perspectivas, o que seria possível apenas se obtivessem a atuação por parte das entidades envolvidas no processo produtivo da pesca artesanal. É certo também afirmar que cabe ao MPA cada vez mais fortalecer por meio de políticas públicas efetivas a auxiliar a colônia a garantir a gestão participativa, o que representará uma forma de sobrevivência do setor na região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 11.959 (2009)**. Acessado em 28 de junho de 2011. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.959-2009?OpenDocument.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Acessado em 28 de junho de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm.

CALDEIRA, Jorge (1995). **Mauá**: empresário do Império. São Paulo: Companhia das letras.

CARDOSO, R. S. (2005). **A Pesca Comercial no Município de Manicoré (Rio Madeira), Amazonas, Brasil**. Dissertação de Mestrado. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Fundação Universidade Federal do Amazonas, Brasil.

CEREGATO, A. S.; PETRERE Jr, M. (2003). **Financial comparisons of the artisanal fisheries in Urubupungá complex in the middle Paraná river (Brazil)**. Brazilian Journal of Ecology, v. 63, n. 4, p.673-682.

FAO, Departamento de Pesca y Acuicultura de la FAO, ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA, Roma, 2012.

FAO, Departamento de Pesca y Acuicultura de la FAO, ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN, Roma, 2010.

FARIA, J. H. (2009). **Gestão participativa**: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo, SP, Editora Atlas.

FREITAS, F. (1991). **Parceiros na vitória**: administração participativa no mundo. São Paulo, Cultura Editores Associados.

HERMEL, P. (1990). **La gestion Participativa**. Barcelona: Gestion 2000.

JUSBRASIL. **Lei Estadual 2508 (2011)**. Acesso em: fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/28321695/doero-08-07-2011-pg-23>.

LEAL FILHO, J. G. (2011). **Gestão Participativa**: teoria e prática para criação de organizações que aprendem. 3ª edição. Curitiba, Editora Juruá.

MAXIMIANO, A. C. A. (2005). **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à era digital. 5ª Ed. São Paulo, editora Atlas.

MCGRATH, D. G.; CARDOSO, A. M.; Sa, E. P. (2004). Community fisheries and co-management on the lower Amazon floodplain of Brasil. In: **The Second International Symposium on the Management of Large Rivers for Fisheries**. Proceedings of The Second International Symposium on the Management of Large Rivers for Fisheries, v. 2, p. 207-221,

MOTTA, F. C. Prestes. (1984) **Participação e Co-gestão**: novas formas de administração. São Paulo: Brasiliense.

MPA - MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. (2010). **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**: Brasil 2008-2009. Acesso em 24 jan. 2011. Disponível em: http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/anuario_da_pesca_completo.pdf.

PETREIRE Jr, M.; Walter, T.; Mente-vera, C. V. (2006). **Income evaluation of small-scale fishers in two Brazilian urban reservoirs:** Represa Billings (SP) and Lago Paranoá (DF). *Brazilian Journal of Biology*, v.66, p.817-828,.

PREDEBON, E. A. ; SOUSA, P. D. B. (2004). **Pós-Modernismo:** Uma Nova Tendência Organizacional?. *Ciências Sociais em Perspectiva*, Cascavel - Paraná, v. 03, n.05, p. 25-38.

SILVA, J. S; CALLAU, A. B. F. (2003). **A extensão pesqueira no projeto Prorenda Rural – PE:** o caso da Colônia dos Pescadores de Ponta de Pedras Z-3, Goiana – PE. In: Prorenda Rural – PE organizador. *Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos*. Recife: Bagaço.

VERDEJO, M. E. (2006). **Diagnóstico Rural Participativo:** um guia prático. Brasília, Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA.